"LÍNGUA HISTÓRICA" E "DIALETO"[1]

Eugenio Coseriu[2]
Tradução: Carolina Falck Grimm[3]
Revisão: Cláudia Fernanda Pavan[4]*; Cléo Vilson Altenhofen*[5]*; Erica Schultz*[6]

0.1 Em português, há a expressão "ensinar o padre a rezar missa", que corresponde aproximadamente à expressão alemã e de outras línguas europeias, "levar corujas para Atenas". No nosso caso, i.e., em se tratando de um congresso de dialetologia, também se pode dizer "ensinar a dialetólogos o que é um dialeto". Eu não gostaria aqui "de ensinar o padre a rezar missa", mas, sobretudo, questionar-me sobre o que os dialetólogos realmente pensam quando falam de "dialetos" e qual é o conceito de dialeto consagrado na atividade dialetológica. Não compartilho da opinião de que dialetólogos não sabem qual é o seu objeto de pesquisa. Na realidade, eles sabem muito bem. Contudo, a maioria dos dialetólogos sabe disso apenas intuitivamente, geralmente, não perguntando e não definindo e formulando explicitamente o conceito de "dialeto". Por isso, o que eu proponho aqui é desenvolver, ou seja, apresentar explicitamente esse conceito implícito na própria atividade dialetológica. Além disso, penso que a tarefa primordial da teoria é exatamente esta: fazer com que o conhecido seja reconhecido. O conceito "dialeto" na pesquisa dialetológica é conhecido, trata-se, então, de torná-lo um conceito reconhecido.

0.2 Todos os dialetólogos sabem quais dificuldades surgem nas diversas tentativas de delimitar o conceito de "dialeto", especialmente em relação à "língua". Assim, a proposta de Georg von der Gabelentz, de determinar os dialetos como tais de acordo com o grau de compreensão mútua, não trouxe grandes benefícios. Isso significa algo como: se eu não

---

[1] Artigo baseado na palestra proferida por E. Coseriu por ocasião do Simpósio Internacional "Zur Theorie des Dialekts", em Marburg/Lahn, 5-10 de setembro de 1977, e publicado originalmente em 1980 em *Zeitschrift für Dialektologie und Linguistik*. Wiesbaden: Franz Steiner Verlag GMBH, pp. 106-122. Traduzido a partir do texto em alemão COSERIU, E. "Historische Sprache" und "Dialekt". In: *Zeitschrift für Dialektologie und Linguistik*. Wiesbaden: Franz Steiner Verlag GMBH, 1980, p. 106-122. Até onde temos conhecimento, trata-se de texto ainda não traduzido para o português.

[2] Eugenio Coseriu foi um renomado linguista, especializado em filologia românica. Nasceu na Romênia em 1921 e faleceu em Tübingen, na Alemanha, em 2002.

[3] Aluna do Bacharelado em Letras Alemão, UFRGS.

[4] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Letras, UFRGS.

[5] Professor do Instituto de Letras, UFRGS.

[6] Professora do Instituto de Letras, UFRGS.

entendo o outro, meu interlocutor, então, ele fala outra língua; se eu entendo o outro com dificuldade, então, ele fala outro dialeto; se eu entendo o outro completamente ou quase completamente, mas penso "ele não é daqui", então, ele fala um *patois*. Isso claramente não funciona, pois existem muitos casos nos quais falta a compreensão mútua e, mesmo assim, ainda falamos em "dialetos" da mesma língua, assim como em certas variedades orais do italiano. E há casos em que, ao contrário, há compreensão mútua mesmo que estejamos falando de "línguas" diferentes. Por exemplo, português-espanhol, ou dinamarquês-norueguês-sueco, ou diversas línguas semíticas – casos em que se pode conversar, sem grandes dificuldades, no próprio idioma com alguém que, por sua vez, também está usando sua própria língua. Do mesmo modo, sabe-se que o critério de Antonie Meillet – critério da consciência linguística do falante (por exemplo, falar de "língua" e "dialeto" nos casos em que isso é feito pelos próprios falantes) – muito frequentemente não pode ser aplicado (e assim como na linguística, respectivamente, na dialetologia também não é aplicado). Então, a consciência linguística do falante está frequentemente associada à sua "ideologia" e isso, por sua vez, depende de vários outros fatos e circunstâncias, não apenas do simples conhecimento da relação entre língua e dialeto. É só pensar em casos como os dos sérvios e croatas e, por exemplo, perguntar aos croatas se croata é uma língua ou um dialeto. Muitos croatas provavelmente responderiam que croata é um idioma completamente diferente do sérvio, ao passo que, em termos científicos, sabemos que se trata – ao menos na linguagem literária – não só da mesma língua, como também do mesmo dialeto. Na verdade, são duas variedades do mesmo dialeto. Então, em ambos os casos, trata-se, para nós, da língua "servo-croata" e, na linguagem literária, o dialeto "estocávico" é apenas a linguagem literária do "ijecávico" croata, e do "escávico" sérvio.

0.3 As mesmas dificuldades que enfrentamos hoje, os gregos já enfrentavam com ambos os conceitos de *γλώσσα* e *διάλεκτος*, o que não podemos constatar com base em discussões, pois nos faltam evidências, mas com base nas soluções apresentadas.[7] Constatamos, por um lado, que os gregos equiparam frequentemente *γλώσσα* e *διάλεκτος*. O termo *διάλεκτος* é, afinal, derivado de *διαλέγομαι*, e *διαλέγομαι* significa o mesmo que "falar um com o outro", mesmo porque tanto *διάλεκτος* quanto γλώσσα representam simplesmente uma forma de falar uns com os outros, um "modo de falar", assim, não haveria sentido fazer alguma diferença. Na verdade, a língua grega comum também é chamada em grego de *κοινή διάλεκτος*, isto é, ela é um dialeto como qualquer outro, é apenas "o dialeto compartilhado". Por outro lado, afirma-se (na dialetologia bizantina) que *διάλεκτος* é uma variedade de *γλώσσα*, mas, ao mesmo tempo, existem, em um *διάλεκτος*, diferentes *γλώσσα*; ou seja, em um momento, o conceito "guarda-chuva" parece ser *γλώσσα*, em outro, *διάλεκτος*.

[7] Sobre as pesquisas dialetológicas do grego antigo e do bizantino, cf. THUMB, A.; KICKERS, E. *Handbuch der griechieschen Dialekte*, I². Heidelberg, 1922, p. 20-24. BOLOGNESI, G. "*ΠΕΡΙ ΔΙΑΛΕΚΤΩΝ di Gregorio di Corinto*". In: Aevum 27, 2 (a953), 97-120; "*Compendi inediti di dialettologia grega*". In: *Bolletino del Comitato per la preparazione dell'Edizione Nazionale dei Classici Greci e Latini*. Nouva Serie, 2, 1953, p. 41-75.

1.1 Essas (e outras) dificuldades podem ser atribuídas, em primeiro lugar, ao fato de que a oposição língua – dialeto (língua em comparação com dialeto, língua ou dialeto) é inicialmente uma oposição da língua comum, isto é, uma oposição que encontramos nas próprias línguas e que, por isso, não pode ser uma oposição da linguagem técnica e não pode ocorrer simultaneamente com ela. As oposições da língua comum são muito frequentemente "inclusivas", as oposições técnicas são, no entanto, "exclusivas", e precisam ser assim[8]. Uma oposição da língua comum como "língua" – "dialeto" permite que "língua", como elo inclusivo ou exclusivo, inclua também "dialeto" e até mesmo diferentes formas de um dialeto (por exemplo, "língua da cidade", "língua do bairro", "língua da criança", "língua da mulher", etc., no interior do mesmo dialeto), mas não que "dialeto" signifique também "língua". Ou seja, a língua inclui o dialeto, mas não o contrário: todo dialeto é uma língua, mas nem todas as línguas são um dialeto. Para conseguir uma oposição técnica que justifique essa oposição comum, deve-se estabelecer, ao invés de "língua", um novo conceito – o que farei em breve – para que tenhamos, da mesma forma, dois conceitos exclusivos.

1.2 Em segundo lugar, as dificuldades acima citadas podem ser atribuídas ao fato de que o conceito de "dialeto" é um conceito relacional. Isto é, "dialeto" recebe seu sentido enquanto conceito apenas em relação a uma língua: um dialeto é, enquanto tal, "dialeto de uma língua" (caso contrário é considerado também uma "língua"). Por outro lado, pode-se compreender "língua" em relação a "dialeto" ou também como um conceito "com caráter de substantivo", ou seja, um conceito não relacional e, nesse sentido, um conceito autônomo, independente.

1.3 Em terceiro lugar, as dificuldades com as quais nos deparamos em relação à definição de "dialeto" estão relacionadas com o fato de que a oposição "língua" – "dialeto" não diz respeito a algum conteúdo do objeto correspondente, mas apenas ao *status* histórico desses objetos. Ou seja, se "língua" é um sistema linguístico, uma estrutura da tradição da fala, então, língua e dialeto designam objetos exatamente do mesmo tipo, pois um dialeto também é um sistema linguístico completo, uma estrutura completa de tradição oral. A diferença entre língua e dialeto não é "substancial", dada pelos próprios objetos. E a questão sobre se um sistema linguístico seria uma língua ou um dialeto não diz respeito à natureza objetiva desse sistema linguístico: é uma questão relacionada a seu *status* histórico, ou seja, da relação desse sistema linguístico com uma *língua histórica.* Esse é o conceito que precisamos para a definição de dialeto e que eu desejo implementar.

1.4 Em última análise, a relação língua – dialeto configura um processo histórico.

[8] Sobre isso, cf. Eugenio Coseriu, "*Structure lexicale e enseignement du vocabulaire*", traduzido para o alemão como "*Einführung in die strukturelle Betrachtung des Wortschatzes*". In: GECKELER, H. (org.), *Strukturelle Bedeutungslehre*. Darmstadt, 1978, p. 202-203.

Dialeto e língua histórica t o r n a m - s e históricos, de modo que talvez não se possa responder à pergunta "língua ou dialeto?" de modo definitivo, visto que o processo histórico correspondente ainda não está concluído. Um dialeto pode estar a caminho de se desenvolver em uma língua histórica independente; e, ao contrário, uma língua histórica pode estar a caminho de tornar-se um dialeto de outra língua histórica, embora isso ocorra raramente em nosso mundo europeu-ocidental.

2.1 O que se quer dizer com "língua histórica"? Novamente, não se trata de algo "substancial" (pois, nesse sentido, dialetos não são menos históricos que línguas, até porque se trata, nos dois casos, de sistemas linguísticos historicamente transformados), mas apenas de um *status* histórico.

Na estrutura da língua, em geral, pode-se diferenciar três níveis:

a) O nível universal da fala em geral, sem qualquer atribuição histórica (que se pode chamar também de "língua de modo geral" ou "*langage*");

b) O nível histórico das línguas (no plural), ou seja, a tradição comum da fala historicamente transformada; e

c) O nível individual dos textos.

A língua histórica pertence, enquanto tal, ao nível histórico. E a língua histórica é, precisamente, uma estrutura de tradições históricas da fala, reconhecida como "língua" autônoma por seus próprios falantes e por falantes de outras línguas, o que normalmente é demonstrado pelo fato de que tal estrutura é designada através de um *adiectivum proprium*, como, por exemplo, "língua alemã", "língua inglesa", "língua francesa". Uma língua histórica é, portanto, uma língua historicamente delimitada como tal por outras línguas, cujo *status* é reconhecido historicamente.

2.2 É, então, a língua histórica que está em oposição ao dialeto, não o conceito geral "língua", que pode se referir a qualquer sistema linguístico. Quando se questiona se um sistema linguístico é um dialeto ou uma língua, pensa-se não no conceito geral de "língua" (=sistema linguístico), pois, nesse caso, a pergunta seria paradoxal (ela equivaleria a perguntar se um sistema linguístico é um sistema linguístico): pensa-se em "língua" no sentido de "língua histórica", isto é, como estrutura h i s t o r i c a m e n t e a u t ô n o m a de tradições linguísticas. E, nesse sentido, é também assim que se deve entender o que se aplica na dialetologia (e também corresponde ao uso habitual da língua): que um dialeto é especificamente uma língua (=sistema linguístico) subordinada a uma língua histórica, ou melhor, delimitada no interior de uma língua histórica.

2.3 Dessa forma, seria possível, basicamente, referir-se a um sistema linguístico (estrutura de tradições linguísticas) tanto como "língua" quanto como "dialeto", língua ou dialeto, embora isso não corresponda ao uso da língua alemã (corresponde, em parte, ao uso da língua grega, pois os gregos, como já dito acima, referiam-se também à sua língua comum, embora em oposição a outros dialetos, como "dialetos", κοινη διαλεκτος). Nesse

caso, não haveria "*aut*-disjunção", mas uma "*vel*-disjunção". Contudo, quando se considera a *aut*-disjunção – isto é, "ou língua ou dialeto" – significa que a unidade principal língua-*vel*-dialeto, língua-*sive*-dialeto não é considerada em si mesma, mas subordinada a outra unidade superior ou delimitada no interior dessa unidade. O dialeto existe como tal (e como algo diferente de uma "língua") justamente por esse *status*, por essa subordinação, isto é, por sua delimitação no interior de uma língua histórica.

3.1 Como ocorre, então, essa subordinação? Ela pode ocorrer antes da presença de uma língua comum ou na presença de uma língua comum. A constituição de uma língua comum não causa, como é por vezes afirmado, a f o r m a ç ã o de dialetos, pois como sistemas linguísticos tradicionais, eles existem mesmo antes da língua comum: ela regula apenas a s u b o r d i n a ç ã o dos dialetos, o fato de que os dialetos são subordinados a uma determinada língua histórica.

3.2 A subordinação ocorre devido a critérios externos, como, por exemplo, a atitude do falante, ou seja, o fato de que o falante tem consciência de falar a mesma língua. Também pode ocorrer devido a critérios internos, convencionalmente escolhidos (semelhanças objetivas), desde que uma língua comum não esteja presente. E, por isso, tais subordinações são fundamentalmente convencionais e frequentemente distintas. Assim, tem-se, por exemplo, entre as línguas indígenas na América do Sul, de acordo com critérios determinados por linguistas, às vezes mais, às vezes menos línguas (e, da mesma forma, mais ou menos dialetos), pois, na maioria dos casos, não existe uma língua comum. Se, pelo contrário, existe uma língua comum (e isso é exatamente a tarefa da dialetologia e da linguística em geral, embora, na maioria das vezes, isso não seja afirmado explicitamente), todos os dialetos que se relacionam com essa língua comum, de forma mais estreita do que com qualquer outra, são subordinados, juntamente com a própria língua comum, à mesma língua histórica. Então, as variedades orais românicas, que se relacionam mais estreitamente com a língua comum italiana do que, por exemplo com a francesa ou a espanhola, são vistas como variedades orais do "italiano". E as variedades que se relacionam estreitamente com a língua comum espanhola são subordinadas à língua (histórica) espanhola. Se tivesse surgido na Península Ibérica apenas uma língua comum, então, não falaríamos de três línguas históricas e, consequentemente, de três sistemas de dialetos, mas de apenas uma língua e subordinaríamos as variações orais do português, catalão e espanhol simplesmente a essa língua "hispânica". Contudo, como nesse espaço surgiram três línguas comuns, falamos também de três línguas históricas e, consequentemente, de três grupos de variações orais, subordinando, por exemplo, o galego ao português, pois se relaciona mais estreitamente com a língua comum portuguesa do que com o castelhano (como língua comum) ou com o catalão.

3.3 Eu creio que esse critério possa resolver a maioria, ou – como espero – todos os "casos" difíceis da teoria dos dialetos e da distinção adequada entre língua e dialeto. O

galego, por exemplo, é um dialeto da língua histórica do português (ou no interior do sistema dialetal "português-galego") e há tentativas de transformá-lo em uma língua histórica independente. O sardo, uma vez que não está relacionado mais estreitamente com nenhuma língua comum românica, permanece delimitado indiretamente (negativamente) a uma língua histórica autônoma e não é subordinado a nenhuma outra língua. O caso do neerlandês é diferente e mais complexo, à medida que ele também se torna mais complexo em função de um aspecto terminológico (mesmo que não seja muito diferente do caso do galego em relação ao português). O fato de existir uma língua comum neerlandesa (*Niederländisch*) (e de existirem também outras tentativas de constituição de línguas comuns), tem como consequência a distinção de uma língua histórica "baixo-alemã" (*Niederdeutsch*), que poderia chamar-se, como sistema de variedade oral, também "holandês" ou "*Platt*" ou também de outra forma. Hesitamos em simplesmente subordiná-la ao neerlandês, porque os falantes de baixo-alemão, em sentido restrito, são mais numerosos do que os falantes de neerlandês e porque eles utilizam outra língua como língua comum. Fato é, porém, que o neerlandês comum é, até agora, a língua historicamente mais bem sucedida no interior da língua histórica "baixo-alemã".

4.1 Contudo, em uma língua histórica, não é determinada apenas a diversidade que normalmente chamamos de "dialetal" ou relativa à "variedade oral". Existem, na verdade, em uma língua histórica, ao menos três tipos de diversidade interna: diferenças *diatópicas* (isto é, diferenças no espaço), diferenças *diastráticas* (diferenças entre grupos socioculturais) e diferenças *diafásicas*, ou seja, diferenças entre as modalidades de fala de acordo com a situação das mesmas (incluindo a participação na conversa). Talvez não seja inadequado nesse contexto, em vista do que ultimamente se lê na literatura (ou n ã o se lê), ressaltar o fato de que os termos *diatópico* e *diastrático*, por exemplo, *diatopia* e *diastratia* (e os termos a eles contrapostos *sintópico* e *sinstrático*, ou *sintopia* e *sintratia*) foram introduzidos primeiramente pelo romanista norueguês Leiv Flydal[9]. Pouco depois (já em 1957), foram utilizados em publicações em Montevidéu. Eu mesmo, então, acrescento esses termos, em 1958[10], *diafásico* e *sinfásico* (inicialmente na forma *diafática* e *sinfática*), ou, *diafasia* e *sinfasia.*

4.2 Às variações diatópicas, diastráticas e diafásicas nas línguas históricas correspondem, em suas respectivas direções opostas – ou seja, no que se refere à

[9] Leiv Flydal. "*Remarques sur certains rapports entre le style et l'état de langue*". In: *Norsk Tidsskrift for Sprogvidenskap* 1, 1951, p. 240-257. Em certas publicações, esses termos são atribuídos a mim ou a meu ex-aluno Rona; em outras publicações, eles são apropriados por outros linguistas e em outras, ainda - provavelmente por já se terem naturalizado - aparecem sem qualquer indicação de fonte. Apenas um linguista, conhecido por sua fragilidade teórica, protestou contra esses termos: ao que parece, ele gostaria de referir-se aos meus conceitos sem os termos - o que é, naturalmente, pouco conveniente, mas não é, por si só, inadmissível (desde que os conceitos sejam claros).

[10] Eugenio Coseriu. "*Los conceptos de 'dialecto' 'nivel' y 'estilo de lengua' y el sentido proprio de la dialectología*", apresentado no *I Congresso Brasileiro de Dialetologia e Etnografia* em Porto Alegre, 1958.

homogeneidade, às características linguísticas comuns – tradições linguísticas mais ou menos uniformes: unidades *sintópicas*, *sinstráticas* e *sinfásicas*. As unidades sintópicas são aquelas que se referem normalmente a dialeto ou variedade oral. As unidades sinstráticas podem ser chamadas de níveis linguísticos e as unidades sinfásicas, de estilo linguísticos.[11]

4.3.1 Uma vez que um "dialeto", tanto na sua origem quanto na sua etimologia, representa algum tipo homogêneo do falar um com o outro, uma "maneira de falar", certamente seria possível chamar todas essas unidades de "dialetos" e, consequentemente, seria possível falar de dialetos "sociais" ou, ainda, de dialetos "socioculturais" e "estilísticos". Contudo, em minha opinião, isso não é aconselhável. É aconselhável, de acordo com uma já longa tradição[12], continuar empregando o termo "dialeto" apenas para unidades sintópicas. Pelos seguintes motivos: em primeiro lugar, um dialeto, nesse sentido – como uma língua que apresenta traços "substanciais" similares –, é um sistema de língua completo. Um nível linguístico ou um estilo linguístico, ao contrário, nunca serão um sistema completo, autossuficiente, mas sempre um sistema parcial, a menos que o nível linguístico ou o estilo linguístico sejam, ao mesmo tempo, um dialeto (isto é, que um dialeto específico funcione como nível linguístico ou como estilo linguístico). Em segundo lugar, porque a relação entre dialeto, nível linguístico e estilo linguístico é uma relação orientada: dialeto → nível linguístico → estilo linguístico. Isto é, um dialeto pode eventualmente funcionar como nível linguístico e um nível linguístico, como estilo linguístico, mas não o contrário. Então, por exemplo, uma forma regional da língua histórica, um dialeto, pode funcionar, em uma dada área, simultaneamente como "nível popular" (em relação, por exemplo, à língua comum dos níveis restantes); e um nível linguístico popular, sob o ponto de vista diastrático, pode funcionar simultaneamente, sob o ponto de vista diafásico, como "estilo familiar", por exemplo. Em contrapartida, um estilo linguístico não pode funcionar como nível linguístico, e um nível linguístico não como dialeto, a menos que todos os estilos linguísticos e todos os níveis linguísticos restantes desapareçam. Contudo, em tal caso, o nível linguístico em questão coincidiria com o dialeto correspondente, justamente porque os outros níveis linguísticos não estariam mais presentes, e o mesmo se aplica a outros estilos linguísticos.

4.3.2 Nesse sentido, o dialeto, conforme o seu *status*, é a forma da língua histórica que mais se aproxima da própria língua histórica. Isto é, os dialetos correspondem a uma primeira divisão direta da língua histórica. Assim, um dialeto também pode tornar-se independente e vir a constituir uma nova língua histórica; o mesmo não ocorre com um nível linguístico ou um estilo linguístico, a não ser que reste de um dialeto apenas um nível linguístico e, respectivamente, apenas um estilo linguístico (e consequentemente tanto esse,

---

[11] Sobre "estilos linguísticos" bem como sobre a história desse conceito, cf. a perspectiva de V. P. Murat. *Ob osnovnych problemach stilistiki*, Moscou, 1957, p. 7ss.

[12] Gregor von Corinth (Séc. 12-13) já se refere aos dialetos de *δποδιαιρέοειςτοπικαί*.

quanto aquele ocorram com o dialeto correspondente). Dessa forma, um dialeto único, reduzido ao nível popular, pode desenvolver-se em uma língua histórica autônoma, mas sempre como dialeto, não na sua capacidade de nível linguístico.

4.3.3 Uma língua histórica também pode se comportar, em uma comunidade linguística, da mesma forma que um dialeto. Isto é, também uma língua histórica pode funcionar em (outra) comunidade linguística como nível linguístico ou mesmo como estilo linguístico e também pode ser reduzida, como um dialeto é reduzido, a um único estilo linguístico. Assim, o latim funcionou, durante um longo tempo, como nível linguístico ou como estilo linguístico em diversas comunidades linguísticas europeias, enquanto o copto, como língua da igreja copta no Egito, foi reduzido a praticamente um único estilo linguístico. Há, então, com relação ao tipo de funcionamento de um dialeto e de uma língua histórica, um paralelismo completo.

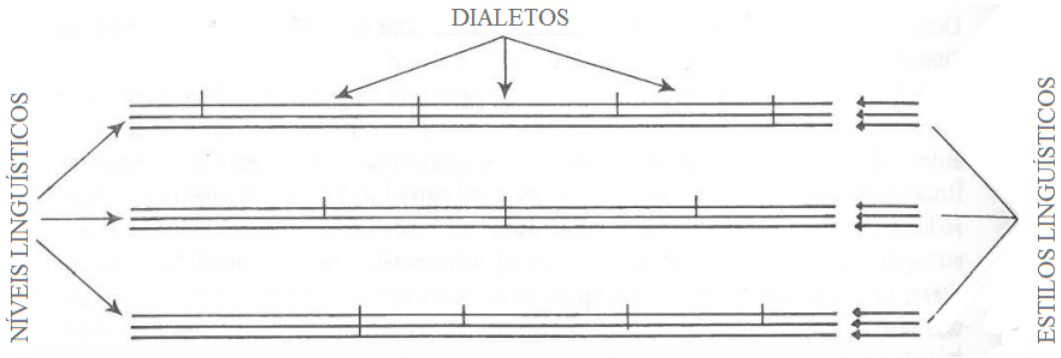
5.1 Os dialetos, dos quais se falou até agora, são aqueles dialetos tão antigos (ou podem ser) quanto a própria língua comum, ou seja, como aquele dialeto que constitui a base da língua comum. Isto é, são dialetos que já existem como tais antes da formação da língua comum. Tais dialetos podem ser denominados dialetos primários. Dessa forma, no caso do espanhol, teríamos o asturiano-leonês, o navarro-aragonês e o castelhano – que se transformou em língua comum espanhola – como dialetos primários.

5.2 Então, novos dialetos podem surgir através da diferenciação diatópica da própria língua comum e podem ser denominados dialetos secundários. Tais dialetos seriam, por exemplo, no caso do espanhol, o andaluz e o canário, assim como as diversas formas do espanhol-americano, sendo que todos remontam ao castelhano como língua comum. Essas variações diatópicas não são, portanto, dialetos imediatos (primários) da língua histórica espanhola, mas dialetos secundários da língua comum espanhola, isto é, do castelhano como língua comum. Esse também é o caso nos dialetos do grego moderno, que, em sua grande maioria, não remontam aos dialetos do grego antigo, mas sim à coiné.

5.3 Em uma língua comum, pode-se distinguir, ainda, um nível que constitui sua norma sociocultural, a "língua padrão", que eu intitulo de o "exemplar" de uma língua. Esse nível exemplar pode, por sua vez, chegar a uma diferenciação, ou seja, o exemplar pode ser realizado distintamente em lugares variados, o que leva a novas diferenças diatópicas e, ao mesmo tempo, a novas unidades sintópicas – que podem ser chamadas de *dialetos terciários*. Esse conceito – no caso do espanhol, por exemplo – não corresponderia mais ao andaluz, como forma do castelhano, mas à forma andaluz do espanhol exemplar, à língua espanhola padrão. Visto que também o espanhol exemplar realiza-se na Andaluzia, pelo menos em parte, de forma diferente do que por exemplo, em Madri.

6. Se sintetizarmos, pois, tudo que foi exposto até o momento, chegamos ao

seguinte esquema da língua histórica:



Note-se, contudo, que todas essas divisões da língua histórica aparecem separadas umas das outras apenas na representação esquemática. Na própria língua, elas representam antes um *continuum*. Ou seja, tem-se diversos níveis complementares, em cada nível há, em parte, estilos linguísticos concomitantes e, tanto nos níveis quanto nos estilos linguísticos, há diferenças no espaço e há também unidades sintópicas complementares, ou seja, dialetos, mais precisamente de três tipos: dialetos primários, secundários e terciários. Nos últimos, independentemente do fato de certos dialetos primários já estarem extintos ou todos se extinguirem, os dialetos secundários tornam-se, então, primários por meio deles (como acontece, quase sem exceção, no caso do grego moderno).

7.1 Qual é, então, a tarefa da dialetologia? André Martinet notou que a dialetologia, como é compreendida normalmente (também na geolinguística), limita-se, em geral, a um único nível estilístico ou reduz os diversos níveis a um único e não constata, por exemplo, se na mesma localidade também são usados outros níveis linguísticos (Martinet referiu-se apenas à língua comum e ao "dialeto") ou se, além do "dialeto", emprega-se também a língua comum ou não – pois a situação linguística de uma diglossia interna ou de um bilinguismo interno é completamente diferente da situação de uma monoglossia ou de um bilinguismo[13]. Eu creio que é preciso ir além. A partir do exposto até o momento e do esquema que apresentamos, a tarefa da dialetologia deve ser o estudo de toda a diferencialidade diatópica da língua histórica, incluindo os três tipos de dialetos e suas relações uns com os outros e levando em conta a diversidade diatópica dos níveis e dos estilos linguísticos. O que realmente se deseja descobrir é como se fala em um determinado ponto de uma língua histórica no espaço. O "como" da fala pode apresentar, a princípio, essa total diversidade interna em qualquer lugar e, na dialetologia, ela deveria ser determinada como diferencialidade diatópica. Além disso, deseja-se descobrir, através da dialetologia, a extensão e os limites desses fatos pontualmente observados em uma localidade.

[13] André Martinet. "Dialect". In: *Romance Philology* 8 (1954), 1-11. Ele não chega a usar os termos "nível linguístico", "diglossia" e "monoglossia", mas certamente refere-se a eles em seu artigo.

Não se trata, porém, de limites em um único nível ou em um único estilo linguístico, mas, na medida do possível, em todos os níveis e em todos os estilos linguísticos.

7.2 Isso significa que a dialetologia, dentro da descrição linguística sincrônica, é, em certos aspectos, o contrário da linguística estruturalista, em sentido estrito, e da linguística funcionalista. Pois a linguística funcionalista, na verdade, refere-se sempre a uma língua não apenas sincrônica, mas também sintópica, sinstrática e sinfásica enquanto sistema homogêneo ("língua funcional"). A dialetologia, por sua vez, descreve justamente a diferencialidade diatópica, em princípio, para cada nível linguístico e para cada estilo linguístico, para cada forma de uma língua histórica (incluindo a língua comum e sua "exemplaridade"), embora, evidentemente, possa (e deva) considerar também a diferencialidade estrutural enquanto tal.

SÍNTESE

1. As dificuldades encontradas na diferenciação terminológica de "língua" e "dialeto" relacionam-se, por um lado, ao fato de que a *aut*-disjunção – "língua" ou "dialeto" – refere-se a uma oposição da língua primária, que não pode coincidir com a diferenciação na linguagem técnica, e, por outro lado, ao fato de que, nessa disjunção, "dialeto" é um conceito relacional, enquanto "língua" é, ao mesmo tempo, um conceito relacional e substancial. Além disso, a relação que surge aí não diz respeito à "substância", mas apenas ao *status* histórico dos objetos correspondentes. Em função do primeiro aspecto, todo dialeto é, simultaneamente, uma língua, ao passo que nem toda língua é, também, um dialeto. Em função do segundo aspecto, "dialeto" só é definível em relação à "língua", enquanto "língua", por sua vez, também é definível independentemente dessa relação.

2. "Língua" deve ser, então, substituída, na oposição "língua" – "dialeto", por "língua histórica". Uma língua histórica é, por sua vez, uma estrutura histórica da língua reconhecida como tal, uma estrutura que normalmente é designada por um *adiectivum proprium* (língua alemã, língua francesa, etc.).

3. O dialeto é uma língua (equivalente a "sistema linguístico"), subordinada a uma língua histórica ou delimitada no interior de uma língua histórica.

4. Língua comum e dialeto. A língua comum não diz respeito à formação, mas à subordinação dos dialetos. A subordinação ocorre baseada em critérios externos (por exemplo, devido à atitude do falante) ou baseada em critérios internos convencionalmente selecionados quando nenhuma língua comum está presente. Se uma língua comum está presente, todos os dialetos, que se relacionam com essa língua comum mais estreitamente do que com alguma outra língua comum, são subordinados, juntamente com a própria língua comum, à mesma língua histórica. Isso esclarece todos os "difíceis" casos da teoria

do dialeto (galego, neerlandês, sardo, etc.).

5. Diferenças *diatópicas, diafásicas e diastráticas*; unidades *sintópicas, sinstráticas e sinfásicas* no interior da língua histórica. Por que é aconselhável restringir o termo *dialeto* à unidade sintópica? Por causa do *status* do dialeto em relação aos níveis linguísticos e aos estilos linguísticos.

6. Dialetos secundários e terciários. Os dialetos de uma língua histórica, existentes antes da constituição da língua comum, podem ser chamados de "dialetos primários" (por exemplo, no caso do espanhol: asturiano-leonês, o castelhano e o navarro-aragonês). Através da diferenciação da própria língua comum, poderiam surgir "dialetos secundários" (por exemplo, andaluz e canário) e, através da diferenciação da norma exemplar da língua comum, "dialetos terciários" (por exemplo, a forma andaluz do espanhol "exemplar").

7. A tarefa da dialetologia daí resultante: o estudo de toda a diferencialidade diatópica da língua histórica, inclusive dos três tipos de dialetos e da diversidade diatópica dos níveis e estilos linguísticos.

DISCUSSÃO

E. Haugen: E. Coseriu nos apresentou aqui uma perspectiva abrangente e extremamente impressionante das tarefas da dialetologia. No entanto, acredito que algumas colocações, questões, possivelmente objeções podem ser levantadas. Primeiramente, ele nos disse que a distinção entre "língua" e "dialeto" é uma questão de *status* histórico. Um dialeto não é uma língua histórica. Como ele mesmo apontou, dialetos também são históricos, na verdade, normalmente são mais antigos do que as línguas padrão. A palavra "histórico" ou até "tradicional", como podemos interpretar o termo que ele utiliza, não representa, portanto, um critério suficientemente satisfatório. Não é necessário, como sugerido aqui, que dialetos estejam em oposição à língua, como foi mostrado num estudo por Fourquet, na coleção de ensaios que temos, e como declarado por Kloss no seu termo "*roofless dialects*" (dialetos sem teto). Para mim, não fica muito claro como Coseriu desloca-se, no começo de sua discussão, de *língua histórica* para *língua comum*. Eu prefiro o último termo, considero-o mais exato, pois descreve uma qualidade específica da língua padrão para além do fato de ser histórica, a saber, que é supralocal e que é comum a uma comunidade maior. Parece que Coseriu deseja tornar esse conceito equivalente ao que é chamado de "língua nacional", já que ele inclui elementos sinstráticos, sintópicos e sinfásicos na sua definição. Ele afirmou que um estrato social não é uma forma sinstrática, não é um sistema completo, o que sugere que sua forma de defini-lo é um pouco diferente da minha, ou seja, um dialeto estratificado no interior de uma sociedade maior. Dialetos locais não são sistemas completos, como é mostrado pelo fato de que não são claramente separados uns dos outros, e eu, portanto, ficaria um pouco hesitante em

aceitar essa noção de sinstrático e sinfásico.

Por fim, eu poderia mencionar que fiquei satisfeito ao descobrir que havíamos chegado, cada um por conta própria, à terminologia de dialeto primário, secundário e terciário. Utilizei esses termos em um artigo que E. Coseriu certamente não viu, publicado em 1975. Contudo, como mencionei hoje mais cedo, utilizei-o em um sentido muito mais diastrático, ou seja, no sentido de que os dialetos primários constituem uma base histórica da qual todos os outros dialetos, de alguma forma, surgiram, assim como todos os outros tipos de língua. É bem possível que exista uma sociedade apenas com dialetos, mas nosso conhecimento sobre isso refere-se normalmente a comunidades rurais, que preservaram formas antigas de linguagem ou se desenvolveram de forma independente. Além desses, podemos ter dialetos secundários que são menos numerosos, mas que, hoje em dia, correspondem normalmente às concentrações urbanas, onde tanto pessoas dos arredores como de outras áreas rurais se juntaram e tiveram de lidar com novos problemas ao depararem-se com dialetos diferentes dos seus. Por outro lado, podemos, ainda, ter uma variedade de dialetos terciários, cada um deles refletindo, via de regra, a existência de um tipo de elite. Trata-se, claramente, de um tipo de estrutura europeia e, se observarmos a África, a Ásia e outros lugares, é possível encontrar tipos de determinações sociais bem diferentes. Podemos pensar em uma *coiné*, ao invés de em um dialeto terciário, criado por pessoas que são mercadores, viajantes ou algo desse tipo. Nesse caso, pode-se pensar nisso tanto como algo secundário quanto como algo terciário. Em suma, eu afirmo simplesmente que estamos expandindo aqui o sentido de "dialeto", enquanto mantemos o sentido de dialetologia como o estudo de dialetos.

W. Möhlig: Em função da minha experiência na área das línguas bantu, fico muito satisfeito com a tese de E. Coseriu, segundo a qual "dialeto" é um termo relacional. Eu certamente tenho dificuldades, em razão da ausência de línguas comuns no bantu, em utilizar, como ponto de referência para minhas relações dialetais, o conceito de "língua histórica". Esse conceito mostrou, especificamente no estudo das línguas bantu, que uma hipótese de desenvolvimento de língua muito especial é pré-programada *a priori*, uma hipótese que eu, um tanto depreciativamente, identifico como teoria do *big bang* (*Urknall-hypothese*). Em vez disso, tentei partir das condições reais das línguas bantu e utilizar, como ponto de relação, o sistema dialetal real de todas as línguas bantu. Trata-se aqui – vou desenvolver mais esse assunto em minha palestra – de um sistema estrutural hierárquico que os dialetos constroem entre si em função de sua proximidade linguística, que não se realiza necessariamente através do parentesco linguístico ou condicionado pelo parentesco linguístico. Eu talvez possa oferecer isso como sugestão.

K. Heger Na verdade, depois do que W. Möhlig acaba de colocar, posso abrir mão da minha intervenção. Porém gostaria muito de pedir a Coseriu que respondesse a pergunta de W. Möhlig de como, a partir das possibilidades resultantes de sua apresentação, pode-se falar em linguística de "dialetos" vs. "língua histórica", aplicadas em

situações fora da Europa e dos Estados Unidos.

D. Stellmacher: A distinção da questão: "dialeto" – "língua" ou "dialeto", como uma oposição entre língua primária e língua técnica deve ser acolhida com louvor. No entanto, tenho um problema aqui – não sei, talvez eu simplesmente tenha entendido mal: você afirmou que se deve substituir, nessa oposição, "língua" por "língua histórica". A questão que surge a meu ver – tenho sempre em mente as condições do norte da Alemanha – é: o conceito de "língua histórica" também deve ser compreendido como um conceito primário? Ouve-se constantemente de falantes do baixo-alemão: "Nossa variedade *Platt* é uma língua, não um dialeto". Isso é um fenômeno da língua primária ou como você definiria "língua histórica" aqui?

P. Ivić: Em minha opinião, os dialetos são certamente relacionais, mas eu não tenho certeza se eles devem sempre ser relacionais em relação à língua escrita; eles são relacionais entre si. A existência de pelo menos um tipo de variação binária é elementar para o conceito de dialeto. Em segundo lugar, parece-me que a língua histórica é um fenômeno sociolinguístico e, quando Coseriu aplica-o posteriormente, ele não utiliza critérios sociolinguísticos, mas puramente linguísticos. Nesse ponto, eu vejo uma contradição que se faz muito significativa especialmente nos casos do neerlandês e do baixo-alemão.

J. Goossens: E. Coseriu discutiu amplamente o exemplo dos dialetos da Península Ibérica, utilizando repetidamente a expressão que dialetos "relacionam-se estreitamente com uma língua A ou uma língua B", valendo-se dela como critério de classificação. Dessa forma, questiono o que se entende a respeito desse conceito de "relacionar-se estreitamente". Não me interessa saber de que maneira esse conceito pode ser operacionalizado, mas eu gostaria de uma definição um pouco mais precisa em relação a isso. Eu tinha ainda uma segunda questão, mas P. Ivić já a antecipou.

H. Kloss: Minha pergunta, na verdade, já foi antecipada por J. Goossens. Interessa-me se "relação estreita" diz respeito apenas à relação genética ou também à relação sociolinguística que surge justamente do fato de um determinado dialeto, que se encontra entre o francês e o italiano, estar efetivamente sob a influência de uma ou de outra língua. Além disso, eu também gostaria de pedir que a expressão "língua histórica" seja ainda mais uma vez considerada, pois é dessa maneira que, por exemplo, surgem atualmente novas línguas-padrão, novas *Hochsprachen*. Procura-se hoje pelo frisão do norte ou pelo corso. Uma nova língua padrão surgiu em apenas 100 anos, a partir dos dialetos oeste-noruegueses, na região de Bergen. Essas não são exatamente línguas históricas, mas línguas jovens – línguas jovens do ponto de vista histórico. O termo "histórico" pode apenas ser usado verdadeiramente pelas línguas no sentido, como se pode dizer, de que elas são fortemente históricas em comparação ao dialeto, isto é, são tão desenvolvidas que poderiam influenciar a história de seus falantes de outra forma, de modo diferente de como é possível pelos dialetos.

J. Chloupek: Sobre a interessante ideia e explicação de E. Coseriu, eu gostaria de fazer apenas um comentário: na fronteira tcheco-polonesa, há aldeias cujos habitantes falam o mesmo dialeto, embora algumas dessas pessoas se considerem tchecas e outras, polonesas, e elas classificam sua língua materna como tcheco ou como polonês. É essencial nesses casos, como J. Belie várias vezes salientou, o desenvolvimento econômico, cultural e – principalmente em épocas passadas – religioso de qualquer família, de qualquer grupo social. Devemos, então, pressupor que esses dialetos desenvolvem-se juntos com a língua escrita tcheca ou polonesa, desenvolvem-se com características diferentes do tcheco ou do polonês e acreditamos que pesquisá-los é, então, a tarefa da linguística tchecoslovaca como também da polonesa.

H. Lüdtke: Seria interessante examinar se existe ainda o caso da sobreposição, se também há falantes que falam um dialeto A e falantes que falam um dialeto B em que o dialeto A se aproxima da língua escrita B e o dialeto B da língua escrita A.

A. Weijnen: Em geral, parece-me bastante aceitável a concepção de que se deva restringir o termo *dialeto* a circunstâncias sintópicas, ainda assim eu me pergunto se é, então, em principio, impossível falar que uma determinada estrutura sinstrática tenha se transformado em uma língua histórica. É possível imaginar que, em uma determinada sociedade, uma população de barqueiros; em outra, uma população rural; em outra, por sua vez, uma população de comerciantes consigam atingir um prestígio tal a ponto de definir a língua padrão. Então, o conceito "dialeto" pode restringir-se apenas à sintopia.

T. Hill: O parágrafo seis estimulou bastante minha imaginação com essa noção de primário, secundário e terciário – a ponto de eu não acreditar que consiga fazer nada além de alguns comentários provisórios. Vale a pena enfatizar que há um uso alternativo do sistema numérico de línguas indianas primárias e secundárias e no uso de "primário" e "secundário" de Martinet, que também acompanhei e que, em princípio, poderia seguir infinitamente. Seria possível haver "quartenário", "quintenário" e assim por diante, se a história dessa língua fosse extensa o suficiente para que sucessivas divisões ocorressem. Creio que aqui se trata de outra coisa: utilizando a terminologia do próprio E. Coseriu, parece-me mais substancial do que relacional. Ele está criando uma hipótese e eu acredito que seja isso que E. Haugen tinha em mente: um tipo específico de sociedade, na qual coisas historicamente específicas aconteceram. Em outra parte do mundo, talvez esses mesmos termos não tenham aplicação.

A meu ver, vale apenas fazer duas declarações sobre isso: no caso normal, nós esperamos ter dialetos primários em qualquer lugar em que as pessoas tenham vivido em uma área desde, bem, a Idade Média... O dialeto secundário me parece ser um fenômeno que alguém atribuiria estritamente a casos como o espanhol, no qual se deu um recomeço por certas razões históricas específicas, fazendo com que, o que nós agora chamamos de

dialetos do espanhol, fossem difundidos para além da península em dois estágios em função das situações da *conquista*. Contudo, não aplicaríamos esse termo, penso eu, por exemplo, para os dialetos do francês e certamente não para os dialetos do inglês.

Parece-me que o estágio terciário envolve, de certo modo, outro eixo. Pela primeira vez, nós temos a natureza qualitativa das diferenças mencionadas, ou seja, uma concretização da norma da língua padrão. O que eu gostaria de sugerir nesse ponto é: trata-se de um eixo completamente diferente, representado, por exemplo, pelo tipo de terminologia através da qual expressamos "dialeto", "variedade", "sotaque". Seria normalmente esperado que dialetos primários e secundários, de acordo com esse esquema, fossem dialetos no sentido desse eixo de três pontas que acabei de introduzir, nisso eles se diferenciariam uns dos outros em todos os aspectos. Mas quando nós pensamos sobre a língua exemplar, como tem sido feito, ou língua padrão, como, por exemplo, o inglês, há, então, duas possibilidades de variação: uma delas é a que verificamos entre os Estados Unidos e a Inglaterra, Inglaterra e Escócia e assim por diante, na qual a mesma língua está sujeita a pequenas variações na fonologia, no léxico etc. Em segundo lugar, entre diferentes partes desses países, podem ser usados sistemas fonológicos diferentes – esse, contudo, pode ser o único modo através do qual seja possível diferenciar a concretização da língua padrão. Em terceiro lugar, seria interessante ter uma terceira categoria, na qual o sistema é o mesmo, mas a concretização fonética é diferente. Por exemplo, o sotaque padrão (*Received Pronunciation*) do inglês e do inglês australiano têm praticamente o mesmo sistema fonológico – se não exatamente o mesmo – mas soa muito diferente, e seria interessante afirmar que se trata de uma variedade com dois sotaques, enquanto o sotaque padrão e o inglês de Edimburgo são claramente duas variedades. E, então, o dialeto de *Aberdeenshire* e o dialeto de *Devonshire*, como falados há cem anos, antes das escolas se estabelecerem, são dois dialetos. Esse tipo de classificação já foi discutido por outras pessoas e por mim mesmo. Parece-me que se encaixaria muito bem em um esquema assim, como um tipo de subeixo relacionado, por um lado, ao contraste do estágio primário e secundário, que corresponderia ao estágio terciário do dialeto que, por sua vez, corresponderia, às vezes, ao que chamei de variedade e, às vezes, ao sotaque. Você vai perceber que isso significa que agora estamos usando a palavra *dialeto* duas vezes seguidas e, já que esse encontro teve a preocupação de desfazer as ambiguidades da terminologia, provavelmente significa que precisaríamos ter dois termos diferentes para a categoria que está operando em cada eixo.

P. Seidensticker: Minha pergunta é: se você conhece um caso, em que a subordinação intuitiva de um dialeto a uma língua histórica A deva ser revista devido a pesquisas mais precisas a favor da língua B. E gostaria, ainda, de acrescentar uma segunda pergunta, relacionada à pergunta de A. Weijnen: você consideraria presunçoso se eu fizesse o papel de advogado do diabo e perguntasse se não houve um caso como esse, como no saxão antigo, em que uma língua diastrática tenha se transformado em uma língua histórica?

RESPOSTAS DE E. COSERIU

Eu gostaria de, em primeiro lugar, agradecer sinceramente a todos os participantes da discussão por terem demonstrado tanto interesse nesta palestra.

Eu também estou de acordo com a maioria dos comentários e das objeções. Em parte, trata-se de questões terminológicas ou de conceitos não definidos por mim com mais precisão devido ao pouco tempo disponível.

Inicio sobre o que afirmou E. Haugen em relação ao *status* histórico, e acredito que, dessa forma, responderei também a outros colegas: faço uma diferença entre a natureza histórica e o *status* histórico. Quando declaro que um dialeto tornou-se histórico e uma língua histórica tornou-se igualmente histórica, refiro-me à natureza histórica desses fatos. Quando falo de *status* histórico, refiro-me a como eles se relacionam, um dialeto em relação a uma língua histórica (isto é, não mais o fato de que se trata de um objeto histórico), mas qual sua condição histórica específica. Por isso, acredito que podemos continuar falando de *status* histórico, quando entendemos com isso precisamente essa relação. Isso, no entanto, significa que não posso, ao menos não completamente, estar de acordo com a existência de um dialeto sem também a oposição a uma língua histórica, como E. Haugen e também P. Ivić mencionaram. Pois, quando P. Ivić menciona, por exemplo, a existência de duas variedades, são variedades no interior do quê? Quando variedades, encontram-se, então, no interior de algo, são diferenciadas no interior de algo, e isso é precisamente uma língua abrangente. Quando não se considera essa oposição, "dialeto" e "língua" são sinônimos e eu reconheceria isso prontamente. Afirmei, então, que "dialeto" e "sistema linguístico" são substancialmente iguais, isto é, é possível chamar todas as línguas de dialetos e todos os dialetos de línguas – os gregos, inclusive, também chamaram a língua comum de *diálektos*.

Quando não aceitamos essa disjunção, a que eu me refiro como *vel*-disjunção, mas, ao contrário, adotamos uma disjunção do tipo "ou isso – ou aquilo", isto é, uma *aut*-disjunção, não podemos mais afirmar que "dialeto" e "língua" são sinônimos, mas precisamos, de alguma forma, justificar essa oposição – e ela só tem sentido, também no uso habitual da língua, quando não se quer dizer o mesmo, quando se pensa que um dialeto ou está subordinado a uma língua, e precisamente por isso é um dialeto dessa língua, ou não está subordinado e, por isso mesmo, é uma língua histórica. Um dialeto, como sistema linguístico, pode facilmente constituir uma língua histórica completa. Contudo, isso não eliminaria a diferença conceitual, significaria apenas que essa língua histórica é composta por um único dialeto, assim como uma família pode, eventualmente, ser composta por um único membro e, mesmo assim, o conceito "família" não é o mesmo que "indivíduo", que "membro de uma família". Em relação à língua comum, existem, acredito eu, diferenças terminológicas. Eu utilizo "língua comum" no sentido de *langue commune* e, muito frequentemente, no sentido alemão de "*Gemeinsprache*" (língua comum), como o seguinte (esboço no quadro): inicialmente tem-se o dialeto primário, então, um dialeto transforma-

se em língua comum e dessa forma, ele é considerado (tendencialmente) "coextensivo" a toda a língua histórica. A língua comum fica, de certa maneira, acima e ao lado dos dialetos primários. Essa língua comum tem, por sua vez, um padrão que eu chamo de exemplaridade. Essa exemplaridade é, por sua vez, tendencialmente coextensiva a toda a língua comum e, por isso, a toda a língua histórica. Eu diferencio os dialetos primários e secundários de acordo com esses níveis: aqueles que coincidem cronologicamente com a língua comum, pois a língua comum também representa um determinado dialeto, eu chamo de nível primário; quando ocorrem diferenças nesse espaço, eu o chamo de nível secundário; e quando surgem diferenças na exemplaridade, chamo esse nível de terciário. Acredito que a visão de E. Haugen corresponde também a essa visão, ele apenas acrescenta outra questão, a saber, onde, normalmente, são encontrados esses dialetos. Certamente alguns são encontrados, sobretudo, como dialetos populares; outros podem ser encontrados em espaços onde a língua comum normalmente é falada, por exemplo nas cidades; e pode-se encontrar aqueles que falam a variedade exemplar (explicações no quadro). Acredito que não há aqui nenhuma contradição, apenas outro ponto de vista. Eu apresentei minha visão sobre o que são esses dialetos, E. Haugen vai muito além e mostra onde se pode, de fato, encontrá-los.

Quanto à sugestão de T. Hill, de utilizar os conceitos de "primário", "secundário" e "terciário" para outra coisa – a terminologia é naturalmente uma convenção, pode-se encontrar uma terminologia melhor. Contudo, é interessante que, mesmo sem conhecimento mútuo, E. Haugen e eu tenhamos chegado à mesma terminologia e quase aos mesmos conceitos. Devo admitir que pensei na condição específica do espanhol e que não posso simplesmente utilizar o termo *variedade*, pois o andaluz (que não é uma forma da variedade oral primária nem alguma forma do castelhano, mas uma forma da língua comum do castelhano) é precisamente a única variedade oral existente na Andaluzia. Por isso, não posso simplesmente chamá-la de *variedade*, pois as outras línguas, que antigamente eram faladas lá, não estão mais presentes.

No caso do bantu e em geral – isso W. Möhlig e K. Herger também afirmaram – o que se faz com as línguas fora da Europa? Como afirmei, uma língua é histórica quando é reconhecida como tal por seus próprios falantes ou por falantes de outras línguas (ou por ambos) e esse reconhecimento se demonstra pelo fato de que essas línguas têm, então, um nome próprio, isto é, um *adiectivum proprium* para sua designação, como, por exemplo, *língua alemã*, *língua inglesa* e assim por diante. Nas línguas em que esse não é o caso (na verdade, muitas vezes é o caso nessas línguas, mesmo quando não existe uma língua comum, já que isso não representa uma condição para a existência de uma língua histórica), deve-se proceder, é claro, de forma convencional. Não era meu propósito dizer o que devemos ou precisamos fazer, mas o que fazemos como linguistas. O que fazem os linguistas no caso dessas línguas? No caso dessas línguas, eles mesmos frequentemente determinam que essas variedades, esses sistemas linguísticos, devem ser considerados como dialetos, pois eles mesmos definem uma língua histórica (que não foi definida pelo próprio falante) a partir de vários critérios internos ou – e isso se encontra constantemente, por

exemplo, nos estudos de línguas sul-americanas – também através do que os próprios falantes dizem. É claro que essas classificações são apenas provisórias, e são convencionais, pois precisamente as línguas históricas desse caso não aparecem delimitadas enquanto tais. Mas também em nossos países, não se tem línguas históricas já precisamente delimitadas. Pois, como eu disse, uma língua histórica constitui-se historicamente e pode-se afirmar que, sem dúvida, certas variedades orais estão a caminho de se tornarem línguas históricas.

H. Kloss fala de "dialetos em construção", mas também se pode falar de línguas históricas em construção. "Histórico" não se entende aqui por "existente há longo tempo", mas "historicamente existente", por isso, não acredito que se tenha de renunciar ao termo "histórico".

A pergunta de P. Ivić já respondi parcialmente. Em relação ao sociológico, não sei muito bem o que "sociológico" significa nesse contexto. O histórico não é apenas sociológico e, nesse caso, não se trata de camadas sociais, trata-se antes de formação, de nacionalidade ou de povos e, exatamente por essa razão, eu chamaria isso de "histórico" e não de "sociológico".

Em relação à pergunta de J. Chloupek: Que a mesma variedade oral possa ser considerada por diversos falantes ora como tcheca, ora como polonesa não representa uma dificuldade para a língua histórica, mas precisamente uma confirmação. Isto é, língua histórica é uma língua reconhecida como tal. Dessa forma, tem-se uma língua histórica tcheca e uma língua histórica polonesa. Trata-se de uma tarefa totalmente diferente, e essa não é mais tarefa dos falantes, definir também as línguas históricas. Eles apenas nos dizem que há línguas históricas e que algo é considerado como língua histórica, mas eles próprios não delimitam as línguas históricas e também não determinam, que, por exemplo, isso é ao mesmo tempo polonês e tcheco ou nem tcheco nem polonês, mas outra coisa. Poderia ser eventualmente uma terceira língua histórica, indiretamente delimitada pela delimitação das outras. Assim como, na delimitação dos casos das línguas latinas, por exemplo, do francês, do italiano, entre outros, pode-se também delimitar o sardo (que inicialmente não pode ser delimitado), exatamente como resultado da delimitação de outras línguas.

J. Goossens e H. Kloss perguntaram, então, se com "relações mais estreitas" refiro-me ao aspecto histórico ou sociológico. Refiro-me ao aspecto estrutural e, portanto, puramente linguístico. Como transformar isso em um conceito operacional ou em uma operação – a determinação da semelhança é um problema que afeta toda a linguística e não apenas a dialetologia. Em todo caso, diz respeito à semelhança estrutural, à semelhança puramente linguística, através da qual associamos dialetos, que são vistos pelos falantes eventualmente como unidades autônomas, a uma língua histórica, como no caso do galego.

Ainda perguntou-se, de diversas formas, se uma estrutura sinstrática não pode se transformar em uma língua. Creio que me expressei claramente a respeito disso. Eu disse: "a não ser que esse nível ou esse estilo linguístico represente sozinho o dialeto". Nesse caso,

o nível ou estilo linguístico pode transformar-se em uma nova língua. Um nível linguístico é apenas uma diferenciação no interior da variedade oral e, quando temos apenas um nível linguístico e apenas um estilo linguístico, então, nível e estilo linguístico coincidem com a variedade oral e, por isso, podem naturalmente evoluir e transformar-se em uma nova língua.

Em relação à pergunta de P. Seidensticker: e, por fim, se eu conheço um caso – sim, justamente o caso do galego. Diversos falantes associam o galego ao espanhol, outros o consideram uma estrutura autônoma. Os linguistas associaram o galego ao português, ao português-galego, antes devido a essa relação com o português do que com alguma outra língua românica da Península Ibérica. Não conheço outros casos, mas eu posso imaginar que isso aconteça nas línguas eslavas e que também, por exemplo, nessas línguas híbridas, como o tcheco-polonês, os linguistas eventualmente possam determinar se essas variedades orais pertencem ao tcheco ou ao polonês, isto é, na contramão da associação intuitiva feita pelos próprios falantes.